



Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología
ISSN 1315-0006 / Depósito legal pp 199202ZU44
Vol. 24 No. 2 (abril-junio, 2015): 275 - 296

Think tanks nos Estados Unidos e teoria crítica do Estado

*José Victor Regadas Luiz**

Resumen

Los *think tanks* ocupan hoy un lugar central en la estructura del poder político de Estados Unidos y cada vez más en todo el mundo. Sin embargo, no sólo la cuestión del Estado está poco desarrollada en los estudios de este fenómeno, sino que como objeto de investigación sigue ocupando un lugar muy marginal en el estudio del estado. El objetivo de este trabajo es evaluar críticamente los principales enfoques de los *think tanks* en los Estados Unidos con el fin de sugerir una posible vía teórica para la integración del estudio para el examen crítico de la cuestión del Estado en un nuevo programa de investigación.

Palabras clave: *Think tanks*, Estados Unidos, Teoría pluralista de los *think tanks*, Teoría elitista de los *think tanks*, Teoría relacional de los *think tanks*, Teoría crítica del Estado.

Think Tanks in the United States and Critical Theory of the State

Abstract

Think tanks today hold a fundamental place in the United States political power structure; this is also increasingly true worldwide. However, not only the question of the state has been poorly developed in studies concerning this phenomenon, this object of research still occupies a very marginal place in studies about the state. The purpose of this work is to critically evaluate the main approaches to think tanks in the United States in order to suggest a

Recibido: 05-01-2015/ Aceptado: 02-02-2015

* Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Rio de Janeiro, Brasil. E-mails: jregadas@fiocruz.br - jregadas@iesp.uerj.br

possible theoretical route for integrating the study of think tanks with a critical examination of the question of the state in a new research program.

Keywords: Think tanks, United States, pluralist theory of think tanks, elitist theory of think tanks, relational theory of think tanks, critical theory of the state.

Nas últimas décadas a cena política mundial tem sido significativamente transformada pelo surgimento de um novo tipo de espaço institucional que alcança partidos políticos, governos, imprensa, universidades, corporações empresariais, fundações privadas e mesmo movimentos sociais em um número crescente de países. Os chamados *think tanks*, fenômeno originário dos Estados Unidos na segunda metade do século XX, embora normalmente se apresentem como centros independentes de pesquisa e promoção de políticas públicas, sem fins lucrativos e vínculos partidários, nas mais diversas áreas, são fortemente financiados por fundos empresariais e contratos governamentais diretos, e buscam deliberadamente intervir no debate político (ou no “mercado de ideias”) dos países onde atuam, o que feito ativamente através de uma multiplicidade de ações como publicação de livros, pesquisas, artigos e textos de opinião na imprensa, entrevistas de seus experts para programas televisivos, audiências frequentes em comissões parlamentares, etc.

A proeminência dos *think tanks* na paisagem política dos Estados Unidos, bem como sua recente proliferação mundial, têm despertado o interesse cada vez maior de pesquisadores em inúmeros países acerca das implicações da produção de conhecimento e disseminação de diretrizes ideológicas por parte desse novo tipo de intelectual coletivo, capaz não apenas de influir na adoção de políticas públicas específicas, porém, mais importante, de estabelecer o próprio horizonte ideológico dentro do qual essas políticas públicas passam a ser concebidas e debatidas.

Tendo em vista a posição central dos *think tanks* hoje nas relações de poder da principal potência capitalista do planeta, assim como sua capacidade de difusão internacional, seria presumível que os estudos desse fenômeno dedicassem especial atenção à questão do Estado, da mesma maneira que seria também de se esperar que esse fenômeno capturasse a atenção de teóricos do Estado capitalista. Porém, tal problemática ainda é escassamente desenvolvida nos estudos sobre os *think tanks*, ao passo que esse fenômeno tem ocupado um lugar ainda muito marginal nos estudos sobre o Estado.

O objetivo deste trabalho é avaliar criticamente as principais abordagens teóricas sobre os *think tanks* no que se refere à questão do Estado, bem como apontar para a importância deste fenômeno como fator cada vez mais decisivo na constituição das relações de poder nos Estados contemporâneos. Neste sentido,

irei me deter particularmente no caso dos Estados Unidos, não só porque neste país tal fenômeno se enraizou como em nenhum outro, mas também por ser lá o lugar de onde ainda provém, senão a maior parte, ao menos a produção acadêmica mais influente sobre o tema, a que ainda tem servido como referência quase incontornável para os estudos realizados nos demais países, o que torna a revisão crítica desta literatura um ponto de partida obrigatório.

Como buscarei demonstrar, a ausência do Estado nos estudos sobre os *think tanks* não significa que tais estudos não tenham uma concepção tácita acerca do Estado. É precisamente essa concepção implícita que orienta a visão sobre este fenômeno. Como busco argumentar, esta “ausência do Estado” em parte significativa dos estudos sobre os *think tanks* se deve a uma falha mais profunda no próprio campo disciplinar convencional das ciências sociais nos Estados Unidos, isto é, a presunção teórica, largamente ancorada na tradição “democrático-pluralista” hegemônica do país, de que haveria uma nítida e acentuada distinção – empírica e não só analítica – entre Estado e Sociedade Civil, onde a última esfera é hiperdimensionada em detrimento da primeira. Como a quase totalidade dos *think tanks* nos Estados Unidos não possui vínculos formais (ou jurídicos) com o Estado, a percepção geral é a de que eles seriam um fenômeno basicamente da Sociedade Civil, de modo que frequentemente há uma total desconsideração do Estado como uma variável explicativa independente.

De modo inverso, muitos estudos que abordam diretamente a questão do Estado tendem a tocar apenas incidentalmente no fenômeno dos *think tanks*. Este é o caso, particularmente, de estudos filiados à teoria crítica das elites, a principal rival da perspectiva pluralista nos Estados Unidos. Em geral tais estudos não costumam tratar os *think tanks* ou o espaço social dessas instituições como um objeto específico de pesquisa, posicionando-as sempre ao lado de tantas outras, como universidades, órgãos da imprensa, câmaras de comércio, conselhos e mesas de negócios, fundações, associações e comissões, numa vasta e indiferenciada “rede de planejamento de políticas” (*policy planning network*).

Adiante, apresentarei os dois enfoques mais comuns sobre os *think tanks* nos Estados Unidos, a perspectiva pluralista e a abordagem elitista, ilustrando seus pontos de vista a partir da obra de seus principais representantes, James G. McGann (2007) e G. William Domhoff (2006), respectivamente. Em seguida, confrontarei essas visões com um enfoque alternativo, formulado mais recentemente por Thomas Medvetz (2012), que, a partir das contribuições da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, pretende sanar as limitações de ambas vertentes. Por fim, buscarei problematizar a análise de Medvetz, que, embora seja uma das análises teóricas mais férteis produzidas até o hoje sobre os *think tanks* nos Estados Unidos, apenas tangencia, sem, todavia, enfrentar abertamente algumas questões centrais à teoria crítica do Estado, tal como apresentadas no debate seminal entre Ralph Miliband (1983, 2008) e Nicos Poulantzas (1983, 2008).

Os *think tanks* na visão pluralista

A perspectiva pluralista funda-se numa longa tradição intelectual nos Estados Unidos segundo a qual as decisões políticas neste país resultam do debate democrático entre os mais distintos grupos de interesse organizados, cada qual com seus próprios recursos, objetivos e modo particular de ação, num contexto em que a norma aceita por todos é a livre contestação de propostas em regime de eleições competitivas igualitárias, responsivo aos anseios do conjunto dos cidadãos, ainda que salvaguardado institucionalmente de qualquer ameaça de “tirania da maioria” (Dahl, 2006). Segundo o cientista político David Ricci (1993: 182-184), seriam três as premissas desta visão: a primeira, de que os cidadãos estadunidenses seriam culturalmente gregários, isto é, eles tenderiam a se agrupar em variadas formas de associação (profissional, religiosas, corporativas, etc.); a segunda, de que a Constituição dos Estados Unidos permitiria a existência de múltiplos centros de poder em nível federal, estadual e local (congressos, comitês, agências, etc.); a terceira, de que os estadunidenses seriam adeptos de governos fracos e limitados, incapazes de impor conformidade política à diversidade social. Ainda que os pluralistas reconheçam aspectos elitistas na condução dos negócios políticos, isto não seria suficiente para perverter o sistema democrático, conquanto fosse preservada a igualdade jurídica entre os cidadãos e o direito de voto (Dahl, 2006).

A visão democrático-pluralista reflete-se nos estudos sobre os *think tanks* à medida que realçam “a competição entre eles pelo acesso ao sistema político e como o mercado de ideais é aberto e plural” (Stone & Denham, 2004: 12). Neste sentido, “os *think tanks* são tidos como um dos muitos grupos naquilo que se tornou um mercado de ideias cada vez mais tumultuado. Os *think tanks*, assim como os grupos de interesse, sindicatos, organizações de direitos humanos, associações ambientais e outros organismos não-governamentais, são percebidos como um outro conjunto de atores competindo pela atenção do público e dos políticos” (Abelson, 2009: 49). Nesta disputa, “os *think tanks* privados ou independentes são frequentemente retratados como promovedores de uma população mais aberta, participativa e educada, e contrapeso à poderosa influência de interesses tecnoburocráticos, corporativos e midiáticos na agenda política” (Stone & Denham, 2004: 12). Assim, os pluralistas atribuem a estas instituições não somente a função de educadores do debate público, informando cidadãos comuns e políticos a respeito de temas complexos a princípio somente ao alcance de especialistas, como também o papel de fiel da balança na manutenção do equilíbrio entre interesses divergentes.

Esta percepção pluralista sobre os *think tanks* é encontrada de forma consumada na obra de James G. McGann (2007), uma das principais referências no estudo dos *think tanks* nos Estados Unidos. A visão pluralista de McGann é facilmente identificada nas respostas oferecidas para três questões centrais

de seu trabalho: O que é um *think tank*? Qual a sua função? Qual a sua origem? No que se refere à primeira pergunta, a definição apresentada é bem simples: são “organizações de pesquisa independentes e sem fins lucrativos” (McGann, 2007: 1). Ele reconhece que há *think tanks* vinculados a governos, partidos e empresas, mas este não seria o caso da “comunidade de *think tanks*” estadunidense. Neste país, “a tendência é de *think tanks* independentes, não partidários e não governamentais”, que, diferentemente das instituições congêneres estrangeiras, “usufruem de independência intelectual, financeira e legal” (McGann, 2007: 12). Esta independência, por sua vez, ao conferir “objetividade” e “credibilidade” aos *think tanks*, constituiria a condição básica para o exercício de sua “função primordial”, qual seja, unir o mundo das ideias ao mundo da política, “ajuda[ndo] o governo a entender e fazer escolhas informadas sobre temas de interesse doméstico e internacional”, assim como “mediando [a relação] entre governo e público”, “construindo confiança nas instituições públicas”, e “servindo como uma voz informada e independente no debate público”, entre outras coisas (McGann, 2007: 5-6).

A ênfase na independência, que aparece como atributo indiscernível dos *think tanks*, é vista, no entanto, como um traço peculiar apenas dos *think tanks* estadunidenses. McGann (2007: 13-20), neste sentido, divide o universo dos *think tanks* em dois blocos: o primeiro, formado por “*independent think tanks*”, seria representativo do conjunto das organizações estadunidenses; o segundo, formado por “*affiliated think tanks*”, seria típico do restante do mundo, embora haveria poucos casos também nos Estados Unidos. Esta separação entre *think tanks* independentes (tipicamente estadunidenses) *versus* *think tanks* dependentes (do resto do mundo), como se vê, é evada do começo ao fim pela tese do “excepcionalismo americano” que usualmente acompanha a visão “pluralista-democrática”. Assim como a pergunta chave dos teóricos pluralistas é “por que a democracia se desenvolveu originalmente nos Estados Unidos e ali prosperou e não em outros países?” (o que equivale a medir todos os governos do mundo pela régua dos Estados Unidos), muitos estudos sobre os *think tanks* também começam com tal pergunta, que, em geral, já traz embutida a sua resposta. O resultado é um curto-circuito analítico: os *think tanks* seriam um fenômeno típico e original dos Estados Unidos graças à constituição democrática deste país, e, por causa desta marca genética, sua existência e desenvolvimento só poderiam fortalecer a sua democracia (argumento bastante utilizado, aliás, para justificar a proliferação global dos *think tanks*).

O traço mais peculiar dos *think tanks* estadunidenses é sua *independência*. Para compreender a *excepcional natureza* da paisagem dos *think tanks* norte-americanos, precisamos considerar que existem 1.736 *think tanks independentes* nos Estados Unidos hoje – mais do que qualquer outro país no mundo. Ainda mais incrível é que a vasta maioria dessas organizações é *financiada privadamente*, algo que não tem paralelo no resto do mundo.

*Uma das razões para isto é que os Estados Unidos possuem uma cultura filantrópica e cívica altamente desenvolvida e um conjunto de créditos e incentivos fiscais federais e estaduais que encoraja corporações e indivíduos a apoiarem os *think tanks* e outras organizações cívicas. Ademais, em nenhum outro país existe ambiente político capaz de suportar tão amplo número de instituições independentes. É claro que alguns dos doadores perseguem sua própria agenda política e pessoal, mas muitos filantropos são guiados pelo auto-interesse esclarecido e pelo desejo de melhorar as condições gerais (McGann, 2007: 45, grifos meus).*

Segundo McGann (2007: 2), são estas “características particulares do sistema político e da sociedade civil nos Estados Unidos que possibilitaram a criação inicial e a proliferação continuada dos *think tanks*”. Ele enumera, assim, alguns dos fatores que contribuiriam para a expansão dos *think tanks* nos Estados Unidos, todos fielmente alinhados a matriz pluralista: 1) “A divisão do poder em três segmentos (legislativo, executivo e judicial) e níveis (estadual e federal) de governo”; 2) “Um sistema político com partidos políticos fracos com pouca ou nenhuma disciplina partidária”; 3) “Uma cultura cívica filantrópica altamente desenvolvida”; 4) “Um público que mantém uma saudável desconfiança dos oficiais públicos e prefere um papel limitado do governo”; 5) “Uma inclinação dos cidadãos para se unir ou apoiar grupos de interesse em vez de partidos a fim de representar os seus interesses e expressar as suas preferências políticas”; 6) Um “sistema político que possui muitos pontos de acesso”; e, por fim, 7) “Uma tendência do público a ser mais receptivo a especialistas independentes do que a políticos e burocratas” (McGann, 2007: 6). Em resumo, “claramente, a natureza permeável, descentralizada, e pluralista da cultura política americana, ou o que alguns descreveram como o ‘hiperpluralismo’ e o ‘excepcionalismo americano’, tornou-se a força motriz por trás do crescimento e da diversidade dos *think tanks* nos Estados Unidos”, afinal, “a competição entre ideias é a marca da experiência democrática americana” (McGann, 2007: 2, 62).

Da mesma forma que a omissão do Estado no discurso pluralista das ciências sociais estadunidenses historicamente é “um produto do próprio Estado norte-americano” (Lowi, 1993: 383), ou seja, um reflexo da própria ideologia deste Estado como uma espécie (exótica) de “não-Estado”, também a visão convencional que se tem sobre os *think tanks*, não apenas no senso comum, mas na própria academia, tem tudo para ser um produto dos próprios *think tanks*. Isto se evidencia quando compararmos a conceituação exemplar de McGann sobre os *think tanks* com as definições dadas pelos próprios *think tanks*. A *Brookings Institution*, um dos mais proeminentes *think tanks* nos Estados Unidos, se define, por exemplo, como “uma organização de políticas públicas sem fins lucrativos”, cuja “missão é conduzir pesquisa independente de alta qualidade e, baseada nessas pesquisas, providenciar recomendações práticas e inovadoras que avancem três objetivos gerais: o fortalecimento da democracia americana; o

fomento da economia e do bem estar social, segurança e oportunidade para todos os americanos; a garantia de um sistema internacional mais cooperativo, seguro e aberto”¹. A *Heritage Foundation*, considerada a principal adversária político ideológica da *Brookings Institution*, embora declare mais abertamente o seu posicionamento ideológico quando postula que a sua “missão é formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas nos princípios da livre empresa, do governo limitado, da liberdade individual, dos valores tradicionais americanos e de uma forte segurança nacional”, também utiliza termos semelhantes para se definir como um *think tank*: uma “instituição de pesquisa e ensino”, cujo “pessoal persegue esta missão realizando pesquisas acuradas e em tempo sobre questões políticas chave e propagandeando essas descobertas para nossos públicos principais: membros do congresso, figuras importantes de seu pessoal, formuladores de políticas do poder executivo, a imprensa nacional, e as comunidades acadêmicas e de políticas”.² Definições como estas, que enfatizam a centralidade da pesquisa de caráter acadêmico, supostamente “independente”, e o compromisso com a defesa dos valores democráticos americanos podem ser encontradas aos montes.

É patente, assim, a maneira como o conhecimento acadêmico convencional sobre os *think tanks* nos Estados Unidos encontra-se profundamente enredado nas malhas discursivas produzidas pelos próprios *think tanks*. A abordagem teórica mais difundida acerca dessas organizações é, portanto, um reflexo puro e simples da imagem que seus especialistas gostam de acalantar sobre si próprios: intelectualmente independentes e politicamente engajados na construção da democracia. Se não se problematiza esta fórmula sobreposta é porque ela está arraigada na convicção de que os *think tanks* são a um só tempo o resultado último e o grande fiador atual da democracia nos Estados Unidos.

Os *think tanks* na visão elitista

Uma das críticas mais contundentes à visão pluralista nos Estados Unidos provém da teoria crítica das elites, cujas bases foram lançadas por autores como C. Wright Mills (1956). Avessos à visão de que as decisões no regime político estadunidense resultam de uma disputa ampla e aberta, senão entre iguais, pelo menos entre pessoas e grupos de interesse em igualdade suficiente de oportunidades para tomarem a iniciativa em um processo fundamentalmente inclusivo, tais autores afirmariam que nos Estados Unidos haveria gru-

1 Ver o site da *Brookings Institution*: <http://www.brookings.edu/about#research-programs/>

2 Ver o site da *Heritage Foundation* em: <http://www.heritage.org/about>

pos sociais em condições privilegiadas para fazer valer sistematicamente os seus interesses e vontade política sobre os demais, não somente porque os canais para a proposição política seriam bem menos porosos do que imaginam os pluralistas, mas porque tais grupos deteriam o poder de veto sobre as iniciativas contrárias às suas. Em oposição frontal à tese pluralista da multiplicidade dos centros de poder, tais estudiosos apontam para a existência de uma vigorosa “elite do poder” encrustada no cume das esferas econômica, política e militar dos Estados Unidos (Mills, 1956).

Um dos principais continuadores da perspectiva elitista crítica nos Estados Unidos é G. William Domhoff. Com efeito, o alvo central da crítica deste sociólogo continua sendo o pluralismo, visto por ele como a teoria acadêmica mais próxima do pensamento político e econômico convencional difundido pela aparelhagem cultural nos Estados Unidos. A crença em geral aceita pelo público e parte expressiva da academia estadunidense seria a de que a ordem política “democrática” nos Estados Unidos corresponderia ao ideal de uma economia de livre-mercado: os políticos competiriam pelo voto dos cidadãos da mesma forma que os capitalistas competiriam por consumidores, num mercado-estado neutro onde o cidadão-consumidor seria por princípio livre e soberano. Neste sentido, todo o empenho de Domhoff tem como objetivo confrontar a percepção ordinária de que, nos Estados Unidos, não haveria uma elite que, através de um sólido conjunto de instituições articuladas ao Estado, exerceria o poder sobre a população. Segundo o senso comum, desigualdades de poder e riqueza evidentemente existiriam, como em qualquer outra sociedade, mas, nos Estados Unidos, graças ao seu sistema democrático, a riqueza, apesar de presumivelmente trazer muitas vantagens, não só econômicas, mas políticas, não seria um fator tão crucial a ponto de desvirtuar um sistema político que por definição seria aberto à livre escolha individual. Neste sentido, é comum falar-se de “influência”, mas não de “poder”, pois aceita-se frequentemente a ideia de que elites se encontram dispersas em múltiplos centros distintos e concorrentes, constituindo, no máximo, uma “poliarquia”, jamais uma “hierarquia”.

A obra de Domhoff, entretanto, embora pertença à mesma linhagem de Mills, se diferencia da abordagem elitista clássica em um elemento fundamental, isto é, a ênfase na determinação de classe na constituição da “elite do poder” estadunidense. O conceito de “elite do poder” cunhado por Mills não se opunha originalmente apenas à visão pluralista, mas também buscava substituir a noção marxista de “classe dominante”. Segundo Mills, esta seria “expressão mal-ajambrada” por tentar criar uma síntese equivocada entre um conceito econômico (“classe”) e um conceito político (“domínio”), sem que houvesse uma “autonomia suficiente à ordem política e a seus agentes” (Mills, 1956: 277).

Para Domhoff, Mills estaria correto ao buscar evitar qualquer determinismo à priori da estrutura econômica, ao presumir um grau de “autonomia da or-

dem política”, optando, assim, por uma separação analítica entre as esferas de poder político e econômico. Domhoff assume esta distinção conceitual, pois, seguindo a recomendação de Mills (1968: 124), ela “deixa empiricamente aberta a questão do determinismo econômico e o problema do peso relativo das classes econômicas superiores dentro dos altos círculos”. Conforme resumiria Domhoff (1990: 12), “as questões sobre o poder relativo do Estado e as classes sociais não podem ser respondidas em abstrato”. Domhoff sustenta que não há como se definir antecipadamente a proeminência causal de fatores políticos, econômicos, militares ou ideológicos na explicação das relações de poder. Para Domhoff, porém, diferentemente de Mills, o exame histórico dessas relações de poder nos Estados Unidos confirmam claramente a existência de uma “classe dominante” naquele país.

Domhoff, seguindo de perto os passos de Mills, traça uma nítida distinção analítica entre “classe econômica” (relativa à *posição* dos indivíduos na estrutura econômica ou frente à propriedade e à administração dos meios de produção) e “classe social” (referente à *relação* entre pessoas que compartilham um mesmo modo de vida e pensamento). Mas a partir desta distinção teórica ele recoloca em termos empíricos a problemática marxista do conceito de “classe dominante”. “O primeiro problema para a análise do poder surge com a questão de se a classe social no topo, a classe superior, é também uma classe econômica baseada na propriedade e controle das grandes propriedades produtoras de riqueza” (Domhoff, 2006: 6). Ao examinar nos Estados Unidos as interações entre a “comunidade corporativa” (gerentes e proprietários das grandes empresas) e a “classe superior” (membros de organizações formadoras da elite como universidades, clubes etc.), ele constata a contundente sobreposição entre ambas: “elas não seriam exatamente os dois lados de uma mesma moeda, mas quase” (Domhoff, 2006: 49). Restaria, assim, investigar se esta classe capitalista, unida não somente por sua posição na estrutura econômica, mas também por laços sociais que lhe conferem certa identidade e coesão, não apenas estaria em condições, como também exerceria de fato o poder político em detrimento das demais classes, em particular da classe trabalhadora. Aqui Domhoff lançaria mão do conceito de “rede de planejamento de políticas”.

Após verificar a existência de uma densa cadeia, repleta de nódulos comuns, entre as organizações sociais da “classe superior” (responsáveis não só pela educação dos seus membros, mas também de indivíduos das classes inferiores que eventualmente ascendem socialmente e são assimilados ao modo de vida daqueles) e as mesas diretoras das grandes corporações (que abrigam o círculo íntimo de comando do capital), Domhoff adverte que somente a junção do “poder estrutural” da comunidade corporativa com a “coesão social” da classe superior não seria suficiente para garantir o domínio político. Sempre haveria a possibilidade de o Estado, sendo “potencialmente autônomo”, agir à revelia e mesmo contra os interesses dos capitalistas, particularmente em mo-

mentos de crise, da mesma forma que as classes subordinadas poderiam eventualmente contestar o domínio social do capital.

Diante deste quadro incerto, as classes superiores e proprietárias precisam buscar meios para assegurar o seu domínio político. A “rede de planejamento de políticas”, construída sobre o seu poder econômico estrutural e sua coesão social, exerceria esse papel político fundamental na formação do consenso e na eliminação de conflitos que poderiam ameaçar e desestabilizar o status quo. Para Domhoff, portanto, interesses econômicos e coesão social podem proporcionar a base para desenvolvimento do consenso político, mas não seriam por si só suficientes.

As questões enfrentadas pela comunidade corporativa são muito complexas e a economia muito grande para que novas políticas apareçam naturalmente dos interesses comuns e da coesão social apenas. É por esta razão que um conjunto de organizações não partidárias e sem fins lucrativos é um elemento necessário na paisagem corporativa. Estas organizações são a base do processo de planejamento de políticas por meio da qual a comunidade corporativa articula suas preferências políticas gerais e então as comunica para os dois principais partidos, para a Casa Branca e para o Congresso (Domhoff, 2006: 77).

Os membros da comunidade corporativa e da classe superior participariam desta rede de planejamento de diversas formas, seja integrando o quadro dirigente dessas organizações, ditando a condução geral de suas operações, financiando fundações de apoio, providenciando suporte jurídico, mobilizando-se no recrutamento de pessoal, na formulação de agendas dos centros de pesquisa, e em uma série de outras atividades. “A rede de planejamento de políticas explica como *experts* aparentemente independentes, que oferecem novas ideias políticas, se ajustam na equação do poder. Eles fazem o seu trabalho como empregados e consultantes de organizações chave desta rede, as quais lhes dão suporte financeiro, conferem legitimidade aos seus esforços, e providenciam as ocasiões em que eles podem apresentar as suas ideias aos formuladores de políticas” (Domhoff, 2006: 77-78). Embora Domhoff reconheça que a expertise produzida por essas instituições não é homogênea – existem importantes divisões internas na classe dominante entre conservadores moderados e radicais, por exemplo – e nem completamente imune a desafios – existem organizações congêneres, minoritárias, apoiadas por sindicatos, intelectuais de esquerda, e alguns empresários progressistas –, o fato é que, nem esta oposição tem sido capaz até agora de ameaçar a hegemonia corporativa, nem as divergências internas tem sido um impedimento para a consolidação de fortes compromissos. Por um lado, “a comunidade corporativa tem o quase monopólio do que é considerado como expertise ‘respeitável’ e ‘legítima’ pela mídia de massa e pelo governo”, por outro, “apesar de suas diferenças, os líderes

de ambos os conglomerados de organizações tendem a buscar concordância nas políticas devido a sua filiação comum à comunidade corporativa, seus laços sociais, e às inúmeras interconexões entre todos os seus grupos de políticas” (Domhoff, 2006: 78, 79).

Domhoff lista três tipos de organização que comporiam esta “rede de planejamento de políticas”: as fundações, os grupos de discussão, e, finalmente, os *think tanks*.³ “As fundações são parte integral do processo de planejamento de políticas, tanto como financiadores como iniciadores de programas. Contrariamente à ideia usual, elas não são apenas doadores de dinheiro para caridade e pesquisas acadêmicas livres de juízo de valor. Elas são uma extensão da comunidade corporativa em suas origens, liderança e objetivos” (Domhoff, 2006: 86). Os grupos de discussão, por sua vez, reuniriam membros do poder executivo, parlamentares, empresários e executivos, advogados, jornalistas e especialistas acadêmicos, para discutirem assuntos de interesse geral como política externa, tributação, políticas ambientais, comércio, etc., ajudando a circulação de ideias e sedimentação do consenso entre seus membros, além de servirem como espaço informal de recrutamento de especialistas e de lideranças políticas. Por fim, os *think tanks* seriam “organizações sem fins lucrativos que oferecem os meios pelos quais especialistas de diversas disciplinas acadêmicas podem dedicar seu tempo para estudar alternativas políticas, livres das obrigações de ensino e reuniões departamentais que fazem parte do cotidiano da maioria dos membros da comunidade acadêmica” (Domhoff, 2006: 80).

Não obstante Domhoff qualificar os *think tanks* como “a principal fonte das novas ideias discutidas na rede de planejamento de políticas”, o lugar onde se encontra hoje “o pensamento mais profundo e incisivo dentro da rede de planejamento de políticas” (Domhoff, 2006: 80, 87), a análise que ele dispensa a estas instituições é irrisória. Em todo o seu livro *Who rules America?*, por exemplo, somente duas páginas são destinadas a tratar do tema, ao passo que as fundações e os grupos de discussão merecem muito mais atenção. Isto ilustra bem o quanto os *think tanks*, apesar do reconhecimento de sua indiscutível centralidade nas relações de poder nos Estados Unidos, ainda são marginalizados como um objeto singular de pesquisa pela perspectiva elitista. Se, por um lado, a análise da “rede de planejamento de políticas” tem o mérito de desmascarar a suposta “independência” dessas instituições frente aos interesses imediatos ou gerais da classe dominante, apontando, inclusive, para seu papel na formação do consenso entre diversos segmentos da “elite do poder”, e não só como meros for-

3 Ele menciona também as Universidades, mas diz que os seus intelectuais teriam hoje impacto menor na definição desta rede, o que é questionável, dada a crescente elitização do ensino superior de qualidade neste país.

muladores de políticas específicas, por outro, ela peca por saltar muito facilmente por cima das particularidades de um fenômeno cada vez mais central para a compreensão da estrutura do poder político nos Estados Unidos.

Os *think tanks* numa visão relacional

Recentemente, o sociólogo estadunidense Thomas Medvetz, atento a polarização no campo acadêmico entre pluralistas e elitistas, evidenciou as deficiências de ambas as abordagens a fim de estabelecer uma apreciação mais adequada do fenômeno dos *think tanks* nos Estados Unidos. Ele assinala que, enquanto a teoria das elites pode oferecer uma visão macroestrutural abrangente sobre as redes que conectam os *think tanks* às elites econômica, militar e política, ela é menos esclarecedora quando se trata de saber como tais redes de fato se traduzem em influência política” (Medvetz, 2012: 9). Mesmo depois de exaustivamente revelar as conexões pessoais entre as classes dominantes e a rede de planejamento de políticas da qual fazem parte os *think tanks*, “estes acadêmicos surpreendentemente têm pouco a dizer a respeito de toda a atividade dos *think tanks*, exceto seus contornos mais amplos” (Medvetz, 2012: 9). “Os pluralistas, por sua vez, desejaram corrigir essas deficiências ao se recusar a atribuir qualquer caráter ou papel essencial ao *think tanks*. Essa extrema abertura de sua teoria, porém, teria também o seu custo, uma vez que eles teriam menos condições de emitir juízos gerais sobre os *think tanks*” (Medvetz, 2012: 9). Ademais, os pluralistas tenderiam a ignorar “as dimensões ocultas do poder, como os processos de estabelecimento de uma agenda, e aquilo que os teóricos da elite chamam de ‘não tomada de decisão’” (Medvetz, 2012: 10).

Essas fragilidades, no entanto, não se comparam, segundo Medvetz (2012: 11), ao “mais flagrante problema das duas abordagens”, o fato de que a oposição entre pluralistas e elitistas refere-se menos aos *think tanks* do que a “uma disputa eufêmica entre dois tipos intelectuais sobre o seu próprio papel social” (Medvetz, 2012: 10). O conflito entre pluralistas e elitistas – aqueles enfatizando a “independência” como a característica mais distintiva dos *think tanks*, estes acentuando a “dependência” como o seu aspecto fundamental –, seria o reflexo na esfera acadêmica de uma oposição encontrada no interior da própria acepção comum do conceito de *think tanks*. A partir da “cristalização do espaço dos *think tanks*” nos Estados Unidos em finais dos anos 1960, o conceito de *think tank* passa a comportar dois sentidos antagônicos e oscilantes no senso comum. Em parte, tais instituições seriam vistas como “santuários ou paraísos privilegiados para os intelectuais”, sem constrangimentos políticos ou econômicos, onde eles desfrutariam de autonomia cognitiva para desempenhar seu papel democrático de “intelectual público” (Medvetz, 2012: 26, 29). Outras vezes, os *think tanks* seriam percebidos como um “apanhado de intelectuais mercenários e lobistas disfarçados”, a soldo das classes dominantes

para defenderem os seus interesses juntamente ao Estado e à população (Medvetz, 2012: 11). Tais conotações contraditórias, por sua vez, também seriam utilizadas com frequência pelos próprios *think tanks* para legitimar a si mesmos como “verdadeiros” intelectuais, isto é, “independentes”, e desqualificar os adversários como intelectuais “dependentes” e, logo, impostores. Ao não se dar conta de como suas formulações espelhariam num nível mais abstrato tais oposições, pluralistas e elitistas, acabariam inadvertidamente tomando parte das mesmas disputas constitutivas do espaço social dos *think tanks* que a princípio se dispunham a explicar.

Medvetz, ao acentuar o caráter “essencialmente contestado” do conceito de *think tank*, em vez de opor uma nova definição às já existentes, sugere um novo “modo de definição” a partir de uma “ruptura epistemológica em relação às definições do conceito de *think tanks* encontradas tanto no senso comum cotidiano como acadêmico” (Medvetz, 2012: 46). Em vez de localizar o sentido social dos *think tanks* em uma “essência particular”, ele procura tratar o tema através de uma “abordagem relacional” baseando-se na teoria dos campos de poder de Pierre Bourdieu. A vantagem desta abordagem relacional residiria na ruptura com a matriz substancialista subjacente às definições pluralista, que vê os *think tanks* como um arranjo de instituições apartadas das estruturas sociais de poder, e elitista, que enxerga os *think tanks* como um conjunto de organizações instrumentalizadas pela elite do poder. Essa perspectiva relacional se aplica não só aos movimentos de aproximação e afastamento que os *think tanks* estabelecem em suas fronteiras com campos de poder já consolidados, como os campos da produção acadêmica, política, econômica e midiática, mas também às relações que eles próprios forjaram entre si. Os *think tanks* só se constituíram historicamente como um espaço social relativamente distinto dos demais campos de poder com os quais interagem a partir do momento em que passaram a se orientar uns em relações aos outros em seus julgamentos e práticas. Em síntese, o espaço social dos *think tanks* não se definiria apenas por suas relações com os campos de poder vizinhos, mas também pelas relações estabelecidas entre os próprios *think tanks*.

Em oposição à narrativa hegemônica, segundo a qual os *think tanks* parecem ter surgido como uma instituição pronta e acabada, Medvetz argumenta que o surgimento do “espaço dos *think tanks*” teria começado a partir do embate entre um grupo de intelectuais ativistas, de maioria conservadora, e o *establishment* tecnocrático liberal, ou seja, da colisão entre dois tipos de organizações intelectuais ou “conjuntos de posições no campo da *expertise*” nos Estados Unidos (Medvetz, 2012: 115) – um primeiro formado por vários centros de pesquisa criados na primeira metade do século XX com base na “crença comum em soluções técnicas para as crises do capitalismo” e que desempenhariam muitas das vezes funções equivalentes à burocracia oficial; e um segundo constituído por intelectuais ativistas, sobretudo à direita, críticos à “razão tec-

nocrática” da ordem liberal, cujo principal apoio vinha de um “crescente movimento empresarial a favor do livre mercado que procurava ter o controle sobre o campo econômico” (Medvetz, 2012: 54). “O principal resultado desse processo foi a formação de um novo subespaço de produção de conhecimento com a sua própria ortodoxia, convenções e normas internas” (Medvetz, 2012: 17).

O “espaço dos *think tanks*”, uma vez consolidado, teria passado a cumprir um papel crucial na coesão política da elite nos EUA sob a hegemonia de sua fração conservadora mais radical. Tal função seria favorecida pela localização estratégica dos *think tanks* entre campos de poder acadêmico, econômico, político e midiático. É precisamente o caráter relativamente autônomo de sua “estrutura híbrida de múltiplos níveis” que permitiria aos *think tanks* transitar em meio àqueles diferentes universos, atingindo os seus distintos públicos com igual eficácia, algo vital para a manutenção do tênue balanceamento entre credibilidade pública e associação a interesses privados, uma vez que “um *think tank* deve demonstrar que não é só uma firma de lobby, uma universidade, um negócio, um grupo de interesse e assim por diante (...) Cada ação aparente de separação é baseada numa estratégia correspondente de afiliação” (Medvetz, 2012: 44). Os *think tanks* ocupariam, assim, uma “posição estrutural liminar”, que os ajudaria a alcançar um tênue balanceamento entre a credibilidade acadêmica, a capacidade para angariar recursos, o potencial de atender a certos interesses políticos e a habilidade para ganhar publicidade. Seria graças a essa “nebulosidade” inerente ao “espaço dos *think tanks*”, isto é, a esta plasticidade própria de um espaço social situado na fronteira entre campos de poder estabelecidos, que essas organizações exerceriam o seu “obscuro poder”, uma delicada, mas profunda influência sobre a sociedade e em particular o sistema político nos Estados Unidos.

A abordagem relacional proposta por Medvetz constitui um ponto de partida promissor para superar o problema identificado na introdução, qual seja, de que, por um lado, a maior parte dos estudos sobre os *think tanks* tem dispensado uma discussão atenta sobre o Estado como um aspecto fundamental para definir mais adequadamente este fenômeno político, por outro, muitos estudos com o foco na questão do Estado têm subestimado a relevância deste fenômeno como um ingrediente central na compreensão das atuais práticas do poder político. No primeiro caso, a ênfase na “independência” dos *think tanks*, ao mesmo tempo em que levaria os pluralistas a uma análise particularizada dessas organizações, os faria prescindir de um exame das relações sociais mais abrangentes nas quais os *think tanks* estão enredados, deixando escapar, assim, o que seria o elemento essencial para o entendimento do fenômeno geral dos *think tanks*, a sua função como um espaço regulador das relações sociais de produção ideológica ou, para usarmos uma expressão consagrada por Antonio Gramsci, de seu papel como “organizador do processo de reforma intelectual e moral”, em resumo, da “hegemonia”, nos Estados Uni-

dos. Já no segundo caso, o acento na “dependência” dos *think tanks*, embora conduza os teóricos elitistas a uma apreciação mais ampla e correta sobre sua função como fator de coesão política das classes dominantes, os impediria de explicar o modo como tais instituições exerceriam esse papel.

De um lado, a visão pluralista seria essencialmente “idealista”, pois confere um peso excessivo ao papel dos sujeitos, isto é, aos intelectuais filiados aos *think tanks*, endossando a narrativa idílica de que tais organizações teriam se originado das intenções reformadoras de um projeto racionalista de aperfeiçoamento do processo decisório democrático e, ademais, porque, esta abordagem reivindicaria equivocadamente as “ideias” como o motor principal dos *think tanks*, sem jamais dar conta da “natureza altamente estratégica de suas ações” e do “conteúdo característico de suas recomendações políticas, que em geral refletem os interesses dos seus patrocinadores” (Medvetz, 2012: 51). De outro lado, a perspectiva elitista pecaria em sentido oposto, isto é, por seu “materialismo”, ao postular que produção intelectual dos *think tanks* nada mais seriam do que o simples reflexo mecânico dos interesses imediatos da classe dominante.

Embora Medvetz compartilhe com os teóricos elitistas tanto as suas premissas gerais – a “primazia dos interesses de classe e das relações de classe” na compreensão dos *think tanks* – quanto as suas conclusões mais amplas – os *think tanks* são “sem ambiguidade organizações de elite em termos de sua constituição social” –, ele propõe, com efeito, um novo “modo de definição” que rompe com as bases epistemológicas comuns a pluralistas e a elitistas nas suas distintas abordagens dos *think tanks*. Nesse sentido, ele se afasta da problemática tipológica que busca definir os *think tanks* como tipos distintos de organizações – “independentes” para uns, “dependentes” para outros –, e sugere uma solução alternativa, de caráter topológico, a fim de posicionar os *think tanks* no espaço social. Assim, Medvetz provoca um significativo deslocamento em relação aos pontos de vista anteriores, evitando um erro metodológico comum denunciado por Gramsci (2006: 18), que “consiste em se ter buscado o critério de distinção [que define pessoas e grupos pela categoria de intelectual] no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais”.

Escapando da infrutífera dicotomia que busca encerrar os *think tanks*, ora como organizações “independentes” (e, portanto, campeões do pluralismo democrático), ora como instituições “dependentes” (e, portanto, servis aos interesses da “classe dominante” ou da “elite do poder”), Medvetz avança na compreensão do fenômeno ao ressaltar a *autonomia relativa* dos *think tanks*. Ademais, ao se dedicar ao estudo das relações sociais nas quais estão inseridos os *think tanks* e os seus intelectuais, Medvetz se afasta também da inócua problemática do sujeito presente tanto na perspectiva dos pluralistas (que enfatizariam as supostas

qualidades intrínsecas dos intelectuais como uma categoria social independente, que prezaria pela investigação rigorosa dos fatos, não se deixando levar por juízos de valores), quanto na visão dos elitistas (que, por verem nesses intelectuais membros associados das classes superiores, julgariam suas ideias como mero reflexo dos interesses da classe a qual pertencem ou servem). Mais do que atentar para essas motivações subjetivas, interessaria a Medvetz mapear as relações objetivas do “espaço dos *think tanks*” (com sua própria ortodoxia, convenções e normas internas) que corresponderiam, por sua vez, a certo *habitus* (conjunto de disposições e predisposições arraigadas nos indivíduos a um só tempo estruturadas e estruturantes). Nisso Medvetz segue de perto as indicações metodológicas de Bourdieu, cuja vantagem é permitir ao pesquisador escapar tanto de uma visão idealista que atribui total independência aos intelectuais, quanto de uma visão determinista que vê em sua produção a simples reprodução mecânica de sua posição estabelecida na estrutura de poder.

***Think tanks* e o Estado: apontamentos finais para o início de um programa de pesquisa**

O deslocamento epistemológico promovido por Medvetz em relação às perspectivas pluralistas e elitistas abre o caminho para que a teoria crítica do Estado possa ser integrada ao estudo dos *think tanks* ao mesmo tempo que a compreensão sobre este fenômeno possa também ser apropriada por aquela. Esse diálogo, porém, não se expressa abertamente em sua obra, sendo apenas vagamente sugerido. Neste sentido, como mencionamos antes, Medvetz tangencia algumas questões centrais da teoria crítica do Estado, sem nelas, todavia, jamais tocar. Tais questões, concernentes à relação entre poder político e classes sociais ou, dito em outras palavras, entre Estado e Sociedade Capitalista, foram elaboradas com bastante clareza no seminal debate entre Ralph Miliband e Nicos Poulantzas ocorrido há quase cinquenta anos atrás e que até hoje nos ajuda a firmar um horizonte de compreensão das relações de poder nas sociedades capitalistas modernas.

O debate entre esses dois autores marxistas sobre a questão do Estado capitalista ou na sociedade capitalista, entrou para a história do pensamento político como um confronto entre duas visões irreconciliáveis: o “instrumentalismo” (de Miliband) e o “estruturalismo” (de Poulantzas).⁴ Atualmente, porém,

4 Como nossa principal intenção é problematizar pontos específicos de contato entre a abordagem relacional dos *think tanks* (tal como defendida por Medvetz) e a teoria crítica do Estado (tal como delimitada no debate Miliband-Poulantzas), não nos preocupamos na reconstituição desde debate

passadas quase cinco décadas de iniciado este debate nas páginas da *New Left Review*, muitos que o revisitam ressaltam mais a proximidade de seus pontos de vista teóricos do que exatamente sua distância. Com efeito, observa-se um duplo movimento de convergência entre os dois autores. De um lado, Miliband, após ser acusado de “empiricismo” por Poulantzas, empenhou-se numa sistematização teórica mais robusta de suas concepções, ao passo que Poulantzas, após ser acusado de “teoricismo” por Miliband, dedicou-se a diversos estudos históricos e de conjuntura. De outro lado, ambos se ocuparam cada vez mais em pensar novas formas de socialismo democrático e revolucionário, chegando a proposições muito próximas. Todavia, essa convergência não caminhou exatamente para a identidade entre as suas respectivas abordagens, mas sim acentuou certa complementariedade dialética que havia desde o início entre ambas. Nesse sentido, como ressaltou Bob Jessop (2008), o debate entre Miliband e Poulantzas teria sido um desastroso “diálogo de surdos”, na medida em que ambos se recusaram a reconhecer o quanto as suas visões sobre o Estado capitalista (Poulantzas) e sobre o Estado na sociedade capitalista (Miliband) ocupavam-se, de fato, de distintos, porém complementares, níveis de análise, um mais abstrato-geral (Poulantzas), o outro mais concreto-particular (Miliband). Em síntese, ainda que esses pensadores marxistas tenham se deixado levar pelos excessos da polêmica a ponto de criarem imagens equivocadas ou mesmo caricaturais a respeito um do outro, ainda assim, eles foram capazes de traçar as posições estratégicas limítrofes que desde então têm balizado a teoria crítica sobre o Estado.

Dois pontos parecem centrais à crítica de Poulantzas ao livro “O Estado na Sociedade Capitalista”, de Miliband. Em primeiro lugar, ele o critica por seu suposto *empiricismo*, isto é, o “processo falho” por meio do qual Miliband simplesmente se contentaria em contrapor “fatos” à teoria pluralista, sem confrontá-la a outra teoria mais adequada. Poulantzas afirma, nesse sentido, que “um dos pré-requisitos de qualquer estudo do ‘concreto’ é tornar explícitos os princípios epistemológicos da abordagem do assunto”, coisa que, segundo ele, Miliband não faz, como se estes fossem, para todos os efeitos, um “ponto pacífico” (Poulantzas, 1982: 221). “A falta da apresentação explícita dos princípios” levaria Miliband a cometer um grave equívoco: “atacar as ideologias burguesas do Estado, colocando-se no próprio terreno burguês”, quando “não é possível apenas opor ‘fatos concretos’ a conceitos, estes devem ser atacados por meio de outros conceitos paralelos, situados em uma problemática diferente” (Pou-

para além das necessidades de nossa exposição. Para a história do debate e suas implicações para a teoria crítica (marxista e não marxista): Barrow, 1993; Jessop, 2008, Aronowitz & Peter, 2002.

lantz, 1982: 222). Ao não empreender, por exemplo, uma “crítica à noção ideológica de elite”, central à rejeição pluralista do conceito de classe dominante, Miliband, antes de estar refutando o pluralismo pela força da evidência, estaria “importando” para o marxismo “princípios que podem viciar o uso dos seus próprios conceitos marxistas” (Poulantzas, 1982: 223-224). Em suma, para Poulantzas, contra conceitos (ideológicos), somente haveria outros conceitos (científicos).

A segunda crítica de Poulantzas seria endereçada ao suposto *subjetivismo* de Miliband. Este se deixaria “influenciar pelos princípios metodológicos do adversário” precisamente por não entender as classes sociais e o Estado como “*estruturas objetivas*, e suas relações como um *sistema objetivo de conexões regulares*”, segundo o qual os homens seriam “portadores” dessas estruturas. Isto o faria adotar tacitamente o mesmo individualismo metodológico de seus oponentes pluralistas, dando a entender que, também para ele, as “classes sociais ou os ‘grupos’ são de algum modo reduzíveis a *relações interpessoais*, que o Estado é reduzível a *relações interpessoais* dos membros dos diversos ‘grupos’ que constituem o aparelho do Estado” (Poulantzas, 1982: 223). Em vez de revelar “coordenadas objetivas que determinam a distribuição dos agentes nas classes sociais e as contradições entre essas classes”, Miliband buscava “explicações *finais* fundadas nas *motivações de conduta* do indivíduo” (Poulantzas, 1982: 223). Supostamente orientado por seu *empiricismo*, Miliband se daria por satisfeito em demonstrar que, ao contrário do que alegam os teóricos pluralistas, as democracias modernas são inequivocamente controladas por uma classe dominante. Sem contestar empiricamente as descobertas de Miliband (que seriam “desmistificadoras”), Poulantzas salientaria que “a relação entre classe burguesa e o Estado é uma *relação objetiva*. Isto significa que, se a *função* do Estado, em uma determinada formação social, *coincide* com os *interesses* da classe dominante, isso se dá devido ao próprio sistema; a participação direta dos membros da classe dominante no aparelho do Estado não é a *causa* e sim o *efeito*, e além disso, uma possibilidade contingente desse coincidência objetiva”. Sendo o Estado, portanto, “fator de coesão de uma formação social e o fator de reprodução das condições de produção do sistema”, não importa se os membros da classe dominante participam direta ou indiretamente nos negócios estatais. Mais do que isso: “o Estado capitalista serve melhor o interesse da classe capitalista quando os membros desta classe não participam diretamente do aparelho de Estado, isto é, quando a *classe dominante* não é a *classe governante política*” (Poulantzas, 1982: 226).

Miliband responde as críticas de *empiricismo* e *subjetivismo*, primeiramente, negando a pertinência das acusações: a teoria não está ausente do seu trabalho, mas “implícita”, como Poulantzas mesmo reconhece, de forma que a sua obra não teria sofrido com as alegadas “deformações empíricas”; e em momento algum sua abordagem se descuidara das “relações objetivas” e das “res-

trições estruturais do sistema” que limitam e condicionam as ações dos sujeitos, como ficaria evidente na distinção conceitual que faz entre “poder estatal” e “poder governamental” (Miliband, 1972: 67). Todavia, Miliband não perde seu tempo na defensiva e prontamente converte cada um dos ataques sofridos por outro de sinal trocado. Assim, diz Miliband (1982: 235), “o assunto geral trazido à baila por Poulantzas vai muito além do uso deste ou daquele conceito. Na verdade refere-se ao *status* da pesquisa empírica e à sua relação com a teoria”. A obra de Poulantzas, “Poder político e classes sociais”, ao “concentrar-se tão profundamente na elaboração de uma ‘problemática’ adequada e preocupar-se também com evitar qualquer contaminação de ‘problemáticas’ opostas”, teria chegado ao ponto de “perder de vista a necessidade absoluta da pesquisa empírica e da demonstração empírica da falsidade dessas ‘problemáticas’ opostas e apoloéticas” (Miliband, 1982: 235). Anos mais tarde, por ocasião da publicação da tradução inglesa do livro de Poulantzas, Miliband julgaria ainda mais severamente a obra de Poulantzas, por sua abordagem demasiadamente “abstracionista” com “pouquíssimos pontos de contato com a realidade histórica ou contemporânea”, onde a luta de classes, continuamente evocada, seria ofuscada por um “balé de sombras evanescentes e excessivamente formalizado”, cuja “falta de sentido histórico” inviabilizaria a proclamada intenção de Poulantzas de fazer uma “análise política de uma conjuntura concreta” (Miliband, 2008: 96).

Miliband também recusou a crítica de “subjetivismo” imputada por Poulantzas, acusando-o inversamente de “estruturalismo”. Segundo ele, Poulantzas “vai muito longe ao considerar a natureza da elite do Estado como totalmente sem importância”. A sua “ênfase exclusiva nas ‘relações objetivas’” aparentemente o teria levado a concluir que “as restrições estruturais do sistema são tão absolutas a ponto de transformar os dirigentes do Estado em meros funcionários e executantes da política imposta pelo ‘sistema’” (Miliband, 1982: 237). A substituição efetuada por Poulantzas do conceito de “classe dominante” pelo de “estruturas objetivas”, de acordo com Miliband (1982: 238), “parece levar diretamente a uma espécie de determinismo estrutural, ou a um super-determinismo estrutural, que torna impossível um estudo realista da relação entre dialética entre o Estado e o ‘sistema’”.

Tais posições limítrofes no debate entre Miliband e Poulantzas – empirismo *versus* abstracionismo; subjetivismo *versus* estruturalismo – têm demarcado toda teoria crítica sobre o Estado capitalista ou nas sociedades capitalistas até hoje. Infelizmente, porém, na maioria das vezes sua compreensão permanece prisioneira de uma dicotomia maniqueísta que muito favorece a polêmica e pouco o desenvolvimento da teoria. Uma possível solução dialética para isto que poderíamos classificar como oposições tipológicas ideias vem sendo elaborada por Bob Jessop, para quem as estratégias e métodos oferecidos por aqueles autores poderiam resultar em análises ainda mais agudas

caso combinadas em uma perspectiva relacional entre Estado e Sociedade, que não se deixasse desviar por atalhos reducionistas e deterministas.

Uma teoria adequada do Estado só pode ser desenvolvida como parte de uma teoria da sociedade e vice-versa. “Por um lado, existe um lugar definitivo para *reflexões teóricas* sobre o tipo de estado que corresponde melhor ao modo de produção capitalista; e, por outro, o ponto de partida mais apropriado para a *análise empírica* são os vários estados na sociedade capitalista” (Jessop, 2008: 156). A primeira abordagem, associada a Poulantzas, diz respeito à “adequação formal do tipo capitalista de estado”, ao passo que a última perspectiva, ligada a Miliband, examina a “adequação funcional do estado na sociedade capitalista”. De um lado, é preciso que se considere as restrições estruturais que moldam a forma do Estado capitalista, de outro, é necessário lembrar que há garantias de que os Estados nas sociedades capitalistas serão sempre Estados capitalistas, quer dizer, é possível que o Estado passe a exercer funções impróprias e até mesmo opostas a sua forma capitalista. Em outras palavras, a coerência entre a “adequação formal” e a “adequação funcional” do Estado, em que pese todas as condições sociais estruturais, sempre é uma questão política em aberto. Daí a necessidade de uma visão integral do Estado, para usarmos a terminologia gramsciana, algo que requer os dois tipos de análise numa perspectiva dialeticamente relacional. A grande vantagem disso, de acordo com Jessop (2008: 156), é que “a combinação dessas abordagens pode evitar armadilhas teóricas sobre o estado, tanto de estruturalismo quanto de instrumentalismo, ao focar na natureza *necessariamente contingente* do poder estatal nos modernos estados. A sua importância está na habilidade de aproximar as distinções entre o estado capitalista e o estado na sociedade capitalista, e providenciar a base para um trabalho crítico sobre os estados realmente existentes nas formações sociais realmente existentes”.

A abordagem relacional sugerida por Jessop quanto ao Estado, conciliando de forma dialética as posições limítrofes do debate Miliband-Poulantzas, possui caráter equivalente ao da perspectiva relacional proposta por Medvetz referentes às análises pluralistas e elitistas sobre os *think tanks*. É sobre tal terreno relacional comum, que alia empenho teórico abstrato à pesquisa empírica, entrelaçando condições sociais objetivas e ações políticas dos sujeitos, que poderia se desenvolver uma análise capaz de erguer uma ponte sobre o fosso que separa a teoria crítica do Estado da compreensão do papel fundamental dos *think tanks* hoje na cena política.

Como uma “teoria societalista da política” (Codato & Persinotto, 2011), que, ao mesmo tempo em que evita reduzir a política e o Estado a um reflexo mecânico das estruturas sociais, também se esquia da simplificação oposta de conferir total autonomia à esfera política, as perspectivas relacionais aqui apontadas sugerem um programa de pesquisa muito promissor para a com-

preensão do “espaço dos *think tanks*” dentro de uma perspectiva “ampliada” do Estado, na melhor tradição gramsciana.

As duas estratégias analíticas indicadas por Jessop para mediar as dimensões formais e funcionais do Estado, quais sejam, entender como o prática do poder político tenta superar os particularismos das classes dominantes a fim de manter as condições gerais de reprodução do capital, e compreender como a separação institucional entre a economia e a política nas sociedades capitalistas podem ser superadas por meio da ação política, em resumo, entender como as classes sociais, por meio de seus representantes, agem politicamente e como ao agir se constituem como classes, esta dupla estratégia poderia ser significativamente aprimorada pela incorporação das análises de Medvetz sobre o “espaço social dos *think tanks*” como um *locus* fundamental para a construção da hegemonia capitalista hoje – sobretudo nos Estados Unidos, porém, cada vez mais em todo o mundo. Da mesma forma, as importantes análises de Medvetz poderiam se beneficiar substancialmente se também incorporassem a questão do Estado como um problema teórico e empírico central para a compreensão do fenômeno dos *think tanks*, uma vez que, como Miliband e Poulantzas concordariam, é ali que se concentra o poder de classe institucionalizado em nossas sociedades.

Referências bibliográficas

- ABELSON, D. E. (2009). *Do think tanks matter? Assessing the impact of public policy institutes*. Montreal & Kingston: McGill-Queens's University Press.
- ARONOWITZ, S. & PETER, B. (2002). *Paradigm lost : state theory reconsidered*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BARROW, C. (1993). *Critical Theories of State. Marxist, Neon-marxist, post-marxist*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- CODATO, A. & PERSINOTTO, R. (2011). *Marxismo como Ciência Social*. Curitiba: Editora UFPR.
- DAHL, R. (2006). *A Preface to Democratic Theory*. Chicago: Chicago University Press.
- DOMHOFF, G. W. (1990). *The Power Elite and the State. How Policy is made in America*. New York: Aldine de Gruyter.
- DOMHOFF, G. W. (2006). *Who rules America? Power, politics and social change*. Boston: McGraw-Hill.
- GRAMSCI, A. (2006). *Cadernos do Cárcere*, Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JESSOP, B. (2008). “Dialogue of the Deaf: Some Reflections on the Poulantzas-Miliband Debate”. Em: WETHERLEY, P., BARROW, C. W. & BURNHAM, P. (Coordenadores). *Class, Power and the State in Capitalist Society. Essays on Ralph Miliband*. New York: Palgrave MacMillan.

- LOWI, T. J. (1993). "The State in Political Science: How we become what we study". Em: FARR, J. & SEIDELMAN, R. (Coordenadores). **Disciplin and History. Political Science in United States**. Michigan: The University of Michigan Press.
- MCGANN, J. (2007). **Think Tanks and Policy Advice in the United States. Academics, advisors and advocates**. New York: Routledge.
- MEDVETZ, T. (2012). **Think Tanks in America**. Chicago: Chicago University Press.
- MILIBAND, R. (1972). **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MILIBAND, R. (1982). "Resposta a Nicos Poulantzas". Em: BLACKBURN, R. **Ideologia na Ciência Social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MILIBAND, R. (2008). "Poulantzas e o Estado Capitalista". **Crítica Marxista**, Volume 27, 93-104.
- MILLS, C. W. (1956). **The Power Elite**. New York: Oxford University Press.
- MILLS, C. W. (1968). **Os marxistas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- POULANTZAS, N. (1977). **Poder político e classes sociais**. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- POULANTZAS, N. (1982). "O Problema do Estado Capitalista". Em: BLACKBURN, R. (Coordenador). **Ideologia na Ciência Social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- POULANTZAS, N. (2008). "O Estado Capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau". **Crítica Marxista**, Volume 27, 105-127.
- RICCI, D. M. (1993). **The transformation of American Politics. The New Washinton and the Rise of Think Tanks**. New Haven: Yale University Press.
- STONE, D. & DENHAM, A. (2004). **Think Tanks traditions. Policy research and the politics of ideas**. Manchester: Manchester University Press.